



A pauta do plenário, nesta semana, prevê ainda a votação, em segundo turno, de proposta de emenda constitucional que torna mais claros os poderes das comissões parlamentares de inquérito

CCJ

Conselho pode fazer o controle externo do Poder Judiciário

A criação do Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle externo do Poder Judiciário, é uma das propostas em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nesta semana.

PÁGINA 2

Plenário vota prazo para restituição do IR

Projeto obriga a Receita Federal a devolver em no máximo 60 dias dinheiro que contribuinte pagou a mais como Imposto de Renda

A Receita Federal poderá ter prazo máximo de 60 dias, após a entrega da declaração, para efetuar a restituição do Imposto de Renda. Proposta nesse sentido – um substitutivo do senador José Eduardo Dutra a projeto do se-

nador Pedro Simon – deverá ser votada pelo Senado na quinta-feira. Também nesta semana o Senado vota projeto que prevê o restabelecimento do contrato de trabalho quando a demissão resultar de discriminação do empregado.

PÁGINA 3

GENÉRICOS

SENADORES QUESTIONAM AÇÃO DOS LABORATÓRIOS

Os senadores Casildo Maldaner e Tião Viana pediram providências diante do lobby dos laboratórios contra a aplicação da Lei dos Genéricos, que, garantem eles, beneficia o consumidor. Nabor Júnior afirmou que os laboratórios terão que reduzir preços, porque a população está aderindo aos genéricos.

PÁGINA 4



A Comissão de Orçamento deverá basear-se no parecer de cada um dos relatores setoriais para decidir sobre as emendas dos parlamentares

ORÇAMENTO E PPA RECEBEM EMENDAS ATÉ QUARTA-FEIRA

Senadores e deputados poderão apresentar emendas ao Orçamento da União e ao Plano Plurianual até quarta-feira. O novo prazo foi anunciado sexta-feira pelo senador Gilberto Mestrinho.

PÁGINA 3

CCJ discute proposta de controle externo do Judiciário

Comissão coloca em pauta na quarta-feira emenda constitucional que cria o Conselho Nacional de Justiça

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprecia na quarta-feira, a partir das 10h, proposta de emenda constitucional (PEC) que cria o Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle externo do Poder Judiciário, constituído de 20 membros com mandato de três anos. O processo de escolha dos membros do Conselho Nacional de Justiça seria regulado por lei complementar. Dentre as atribuições do conselho, está a emissão de súmulas vinculantes e o exercício de faculdades disciplinares sobre os magistrados.

A convocação de um plebiscito para definir a desestatização da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) também está na pauta da pró-



CCJ debate também plebiscito sobre Chesf

xima reunião da CCJ. O projeto de decreto legislativo é de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) e tem parecer favorável do relator, senador Amir Lando (PMDB-RO).

O projeto estabelece que o plebiscito

deve ser realizado nos estados abrangidos pela Chesf. Segundo a proposta, só poderão participar os eleitores inscritos até 100 dias antes do plebiscito, que ficará a cargo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

PDV do Executivo na pauta do Congresso

A medida provisória (MP) que cria o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) no Poder Executivo está na pauta da reunião que o Congresso Nacional realiza amanhã, às 19 horas.

Também podem ser apreciadas outras 26 MPs, como a que mudou a legislação do Imposto de Renda, das contribuições para a Seguridade Social (Cofins) e dos programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep).

Fraga debate economia em seminário do PFL

Na próxima quinta-feira, às 10h, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, participa do Seminário sobre a Economia Brasileira promovido pelo Instituto Tancredo Neves, órgão do PFL. O seminário acontece na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, e deverá abordar temas como reforma tributária e pacto federativo.

Participam a Executiva Nacional do PFL e governadores e secretários estaduais de Fazenda.

Senadores têm agora acesso a notícias da Reuters

O noticiário de mais de quatro mil fontes de informações econômicas, políticas e sociais, classificadas por setores, empresas, regiões e países, já está disponível para os gabinetes dos senadores pela Agência de Notícias Reuters.

O serviço integra um projeto da Secretaria de Comunicação Social, em conjunto com a Diretoria Geral da Casa, que tem por objetivo dotar os gabinetes dos parlamentares de instrumentos que lhes permitam receber informações sobre o que acontece no Brasil e no mundo.

Contratado pelo Senado, o *Reuters Business Briefing* traz informações setoriais, econômicas e políticas e notícias de 300 mil companhias cadastradas.

A base de dados pode incluir até dez anos de histórico e recebe, em média, 2.800 matérias e 150 fotografias novas diariamente. O usuário dispõe de um sistema de busca que permite encontrar textos, de acordo com os critérios selecionados.

A Reuters tem distribuído informações 24 horas por dia para clientes do mundo todo há quase 150 anos. A agência de notícias conta com quase

dois mil repórteres em 91 países, produzindo matérias em mais de 20 línguas diferentes. No Brasil, são 16 jornalistas trabalhando no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

O Senado também está contratando as principais agências de notícia do país — a Agência Globo será a próxima a ter suas informações disponibilizadas.

Na última quinta-feira, foi promovido treinamento para os assessores de imprensa dos gabinetes dos senadores para facilitar a utilização do serviço. As informações podem ser acessadas com um clique em um ícone no programa Windows, que conectará o computador a um servidor do Prodasen (Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado) ligado à Reuters por uma linha privada.

Outro serviço oferecido pela Secretaria de Comunicação, também com o objetivo de fornecer maior quantidade e diversidade de informações aos parlamentares, é o "Senadores na Mídia". Diariamente este serviço seleciona nos principais jornais do país todas as matérias nas quais os senadores são citados.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 25 DE OUTUBRO DE 1999

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *Votação em segundo turno da PEC nº 65/99, que altera a redação do § 3º do art. 58 da Constituição federal para acrescentar poderes às comissões parlamentares de inquérito; *PLC nº 24/98, dispõe sobre o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas; *PDL nº 87/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Santarritense Ltda., da cidade de Santa Rita do Sapucaí (MG); *PDL nº 88/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Princesa do Sul Ltda., da cidade de Goiânia (GO); *PDL nº 162/99, aprova o ato que outorga concessão à Fundação Agripino Lima para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Presidente Prudente (SP); *PDL nº 43/99, aprova o texto do Protocolo de Defesa da Concorrência do Mercosul e respectivo Anexo; *PDL nº 124/99, aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica (TCA); *PDL nº 134/99, aprova a adesão do Brasil ao texto do Acordo de Cooperação entre as Repúblicas da Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Popular de Moçambique, Portuguesa, Democrática de São Tomé e Príncipe no Domínio do Desporto; e Requerimento nº 574/99, do senador Pedro Piva, solicitando que sobre o PLC nº 60/95, que institui a gratificação de adicional por tempo de serviço aos empregados em geral, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.

19h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: Apreciação de medidas provisórias. Plenário da Câmara dos Deputados

Quarta-feira

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PDL nº 68/98, aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Mantiqueira Ltda., de Niquelândia (GO); *PDL nº 97/98, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Paraíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Pessoa (PB); *PDL nº 98/98, aprova o ato que renova a concessão deferida a Registro - Emissoras Regionais de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Registro (SP); *PDL nº 160/99, aprova o ato que renova a concessão deferida à Televisão Capital Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Brasília (DF); substitutivo do Senado ao *PLC nº 25/93, dispõe sobre o acréscimo do inciso VII do art. 131 da Consolidação das Leis do Trabalho; *Requerimento nº 590/99, do senador Romero Jucá, solicitando que sobre o PLS nº 74/99 - Complementar, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; *Requerimento nº 597/99, do senador Iris Rezende, solicitando a retirada do PLS nº 374/99, de sua autoria.

Quinta-feira

10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Substitutivo do Senado ao *PLC nº 94/94, acrescenta parágrafo 2º ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (comunicação por escrito, pelo empregador, quando houver demissão por justa causa); *PLC nº 49/98, cria o Dia Nacional de Vacinação da Terceira Idade; *PLC nº 38/99, denomina "Rodovia Ulysses Guimarães" a BR-282; *PLS nº 255/97, fixa prazo para restituição do Imposto de Renda e proventos descontados na fonte; *Requerimento nº 591/99, do senador Paulo Hartung, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PR nº 22/99, de sua autoria; *Requerimento nº 592/99, do senador Paulo Hartung, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PR nº 27/99, de sua autoria; *Requerimento nº 611/99, do senador Ramez Tebet, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 73 e 113, de 1999; *Requerimento nº 629/99, do senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 233/99, de sua autoria; *Requerimento nº 619/99, do senador Geraldo Cândido, solicitando que sobre o PLS nº 233/99 seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e *Requerimento nº 632/99, do senador Paulo Hartung, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 266/96 e 560/99.

Hora do Expediente: Será dedicada a comemorar o 75º aniversário de fundação dos Diários Associados.

Sexta-feira

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

11h30 - Comissão de Educação

Pauta: *PLS nº 41/99, dispõe sobre o tombamento do antigo estúdio da Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, e sua transformação em Museu da História do Rádio no Brasil; *PLS nº 111/99, institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; *PLS nº 340/99, dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano; *PLS nº 218/99, denomina "Senador João Calmon" a Escola Técnica Federal do Espírito Santo - Uned de Colatina; *PLS nº 427/99, altera a denominação do Aeroporto Internacional de Macapá; *PLS nº 512/99, denomina "Rodovia Luiz Carlos Prestes" trecho da rodovia BR-020; *PLS nº 491/99, altera redação da Lei 9.615/98, que institui normas gerais sobre desportos; *PLS nº 202/99, introduz modificações no Código Brasileiro de Telecomunicações; e os *PDLs nºs 144, 194, 114, 172, 182, 185, 175, 220, 181, 188, 190, 107, 191, de 1999 e 141/95, que aprovam os atos que renovam e outorgam a concessão para explorar serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

17h30 - Comissão de Educação

Pauta: *Audiência pública para instruir o PLC nº 73/97, que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

Quarta-feira

9h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: *PLC nº 46/99, dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual e o cálculo do benefício; e *Audiência pública com o diretor de Administração e Finanças do Indesp, Luiz Antonio Buffara, e o ex-presidente do Indesp, Manoel José Gomes Tubino, com a finalidade de esclarecer denúncias de corrupção relacionadas com a abertura de salões de bingo no país. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PLC nº 86/96, dispõe sobre os serviços notariais e de registro; substitutivo da Câmara à *PEC nº 1/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição federal; *PDL nº 47/99, dispõe sobre a convocação de plebiscito acerca da desestatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf); *PLC nº 35/99, altera a redação e revoga dispositivos da Lei nº 7.501/86; *PLC nº 34/99, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; e *PEC nº 37/99, cria o Conselho Nacional de Justiça. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1º Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Mozarildo apóia luta por verbas para a educação

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) apoiou na sexta-feira as propostas defendidas pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), que luta contra ameaças à viabilidade financeira da escola pública. O conselho reuniu-se nos dias 26 e 27 de agosto no Piauí e divulgou documento intitulado "Carta de Teresina".

—O quadro é preocupante e marcado por incertezas. Queremos garantir que a educação seja considerada prioridade estratégica para um projeto nacional de desenvolvimento — disse o senador.

Mozarildo observou que é fundamental a colaboração entre a União, os estados e os municípios para que se possa fortalecer de forma integrada a educação básica. Entre outras reivindicações, o Consed quer a consolidação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) como mecanismo de redistribuição da renda nacional por meio do aumento imediato do valor mínimo anual por aluno, o que demandaria maior participação da União.

O Consed também reivindica a manutenção da contribuição social do salário-



Mozarildo lamentou que escolaridade média seja baixa

educação como fonte adicional de financiamento do ensino público, em nível básico, e a flexibilização da norma constitucional, de modo que os recursos possam ser utilizados tanto no desenvolvimento do ensino fundamental como na educação infantil e no ensino médio. De acordo com Mozarildo, é preciso ainda garantir que a reforma tributária recomponha e amplie o nível de investimento público na educação, para fazer frente aos novos encargos educacionais dos estados e dos municípios e ao cumprimento do Plano Nacional de Educação.

Mozarildo citou em seu discurso avanços obtidos pelo Brasil, como a quase total universalização do acesso ao ensino fundamental, que já atende hoje a 96% das crianças na faixa de 7 a 14 anos. Contudo, avaliou, a média de escolaridade dos brasileiros (seis anos) continua muito baixa. Diante desse quadro, é lamentável, na opinião do senador, que surjam propostas retirando recursos da educação. Uma delas, constante do relatório da reforma tributária, extingue o salário-educação, sem vincular nova fonte para compensar os cerca de R\$ 2,8 bilhões anuais providos por aquela contribuição social.

Devolução do IR pode ter prazo estipulado em lei

Plenário apreciará projeto que obriga o governo a restituir em até 60 dias o Imposto de Renda pago a mais pelos contribuintes

O Senado vota na quinta-feira substitutivo do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) a projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) fixando em até 60 dias após a entrega da declaração a restituição do imposto pago sobre a renda e sobre proventos de qualquer natureza. Pelo projeto, a restituição deverá ser acrescida dos juros devidos, a partir da data do desconto ou pagamento, até a data da efetiva devolução.

Na opinião de Simon, o prazo de 60 dias é suportável para o contribuinte e administrável para o agente tributante. Ele disse que nos países desenvolvidos a restituição dá-se no momento da declaração ou requerimento, ficando a verificação ou auditoria



Pedro Simon considera o prazo de 60 dias "suportável"

para o momento oportuno, o que atende ao direito do contribuinte. Em seu substitutivo, Dutra acrescentou que, caso a restituição seja feita depois de 60 dias, além dos juros normais, incidirão também juros de mora.

Também na quinta-feira, o plenário vota, em turno suplementar, substitutivo a projeto de lei da Câmara que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para exigir que o empregador comunique por escrito, com indicação expressa dos motivos da dispensa, a despedida sob alegação de justa causa. Se comprovado que a demissão resultou de discriminação, o contrato de trabalho será restabelecido e a despedida considerada nula.

No mesmo dia, os senadores votam projeto criando o Dia Nacional de Vacinação da Terceira Idade, assim como um programa de vacinação em idosos internados ou recolhidos em instituições geriátricas. O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) apresentou parecer favorável à matéria, mediante substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais.

Na terça-feira, o Senado vota em segundo turno a proposta de emenda constitucional do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que explicita o poder das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) de determinar a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de pessoas sujeitas à sua investigação. A iniciativa, que recebeu um substitutivo do senador Amir Lando (PMDB-RO), explicita também o poder de busca e apreensão de documentos guardados pelos investigados.

Quarta é último dia de emendas ao PPA e ao Orçamento

O presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), decidiu adiar para a quarta-feira a apresentação de emendas ao Orçamento Anual da União de 2000. As emendas para o Plano Plurianual (PPA) do período de 2000/2003 poderão igualmente ser apresentadas pelos parlamentares até quarta-feira, como já havia sido anunciado.

Mestrinho disse à Agência Senado, na sexta-feira, que em princípio havia prorrogado somente o prazo para

apresentação de emendas ao PPA. Mas, atendendo a pedidos de vários parlamentares — acrescentou —, decidiu também estender até quarta-feira o prazo para apresentação de emendas ao Orçamento.

As emendas ao Orçamento e ao PPA serão examinadas pela comissão, que poderá acatar ou não os pleitos dos parlamentares a partir de parecer dos relatores de cada uma das matérias. Depois de aprovados na comissão, os pareceres sobre o PPA e o Orçamento serão submetidos ao plenário, em sessão conjunta do Congresso, que deve-

rá ocorrer até o dia 15 de dezembro.

Gilberto Mestrinho marcou para amanhã, às 18 horas, uma reunião da Comissão de Orçamento destinada ao exame de três pedidos de créditos suplementares para vários ministérios, no valor total de R\$ 400 milhões. Esses créditos servirão também para cobrir despesas com o pagamento de juros e do principal das dívidas interna e externa, e para complementar ações em vários estados como forma de compensar operações relativas à dívida externa da União, prejudicadas com a desvalorização do real.

Tião Viana leva ao Planalto plano contra a hanseníase

O senador Tião Viana (PT-AC) comunicou na sexta-feira que levará ao presidente Fernando Henrique Cardoso projeto de lei que visa erradicar a hanseníase do território nacional nos próximos anos. A proposta, informou, foi elaborada por ele e por uma equipe técnica



Tião Viana pretende erradicar a doença até 2003

do Ministério da Saúde e não implica em aumento nos gastos com o combate à doença, que são de aproximadamente R\$ 14 milhões por ano.

Tião Viana disse que Fernando Henrique demonstrou interesse, em visita recente ao estado do Acre, em assumir o compromisso de eliminar

a hanseníase. Este objetivo já está, inclusive, contemplado pelo Plano Plurianual que tramita no Congresso.

O Brasil, segundo informou o senador, tem o maior índice de hanseníase da América Latina e o segundo maior do mundo. Em 1997, foram registrados 105 mil novos casos e neste ano já foram detectados 49 mil casos. Os estados mais atingidos, segundo Tião Viana, são os do Norte e do Centro-Oeste, além de alguns do Nordeste. No Acre, acrescentou, a situação ainda é crítica pois existe uma relação de sete pessoas infectadas para cada dez mil habitantes.

Tião Viana explicou que o projeto,

que conta com o apoio do Movimento Nacional dos Hansenianos, seria executado pela Fundação Nacional de Saúde e utilizaria o princípio básico de vigilância epidemiológica em 280 municípios-alvo.

— Estamos trabalhando com a possibilidade real de, com vontade política, podermos comemorar a eliminação da doença até o ano de 2003 — concluiu.

Viana foi apertado pelos senadores Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e Romero Jucá (PSDB-RR), que elogiaram a iniciativa. Mozarildo alertou também para o recrudescimento da malária e apontou a "incompetência da atuação do Ministério da Saúde na região amazônica".

Romero Jucá considerou oportuna a idéia de Tião Viana, no momento em que o Congresso discute o Orçamento da União, o que torna possível o reforço de recursos para a área da saúde na Amazônia.

Jucá questiona empréstimo feito por Roraima

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) questionou a solicitação feita pelo governo de Roraima de empréstimo de R\$ 52 milhões para executar uma obra orçada em R\$ 27 milhões, à qual já foram destinados R\$ 14 milhões. O financiamento diz respeito ao projeto de interiorização da energia proveniente de Guri, na Venezuela.

Romero Jucá afirmou que os recursos ainda necessários para a conclusão da obra podem ser obtidos a fundo perdido junto à Eletrobrás, sem necessidade de endividar o estado de Roraima.

O senador disse que a obra que vai levar a energia de Boa Vista até o interior do estado ficou a cargo do governo de Roraima e foi orçada em 1996, conforme



Jucá disse que recursos podem ser obtidos a fundo perdido

documento da Eletrobrás, em R\$ 27,956 milhões, que naquele ano correspondiam a US\$ 26 milhões. O governo estadual solicitou à Corporação Andina de Fomento empréstimo de US\$ 26 milhões.

Ocorre, afirma Jucá, que de 1996 para cá, segundo documento da Eletronorte, a Eletrobrás já emprestou ao governo do estado R\$ 14 milhões. Nesse período, o governo estadual também vendeu R\$ 50 milhões em títulos que possuía da Eletrobrás e arrecadou R\$ 25 milhões, perfazendo R\$ 39 milhões, valor maior que os R\$ 27 milhões previstos para o projeto inicial de interiorização da energia de Guri.

Jucá ressaltou que não quer levantar desconfiças pelo fato de a obra estar sendo feita por um sobrinho do governador. "O que quero questionar aqui são fatos concretos desse financiamento", afirmou.

CE aprecia criação do Dia Nacional da Reforma Agrária

Projeto que cria o Dia Nacional da Luta pela Reforma Agrária poderá ser votado pela Comissão de Educação amanhã, às 11h30. A senadora Marina Silva (PT-AC) é a autora da matéria, que tem parecer favorável do senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

A comissão, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), também pode deliberar sobre projeto que institui o Dia Nacional do Imigrante Italiano, de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES). O parecer da relatora, senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), é favorável.

Entre os 22 itens da pauta da comissão estão 14 decretos legislativos aprovando a renovação de permissões de funcionamento de emissoras de rádio.

Maldaner pede ação enérgica contra "cartel" dos remédios

Com apoio de Nabor Júnior e Tião Viana, senador catarinense afirma que *lobby* contra lei dos genéricos contraria interesses da população

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu ao ministro da Saúde, José Serra, na sexta-feira, a adoção de medidas "enérgicas" contra os cartéis de laboratórios que estão pleiteando o adiamento da aplicação da Lei nº 9.787, dos medicamentos genéricos, sancionada em fevereiro deste ano. Para o senador, o *lobby* da indústria farmacêutica nacional e internacional contra essa legislação está contrariando interesses da sociedade brasileira, principalmente das camadas mais pobres da população.

— Os esforços desenvolvidos pelo ministro da Saúde acabaram conseguindo a aprovação da Lei dos Genéricos, ainda não implantada. O mercado potencial alvo da disputa gira em torno de R\$ 14 bilhões. No meio dessa batalha, estão os consumidores, que serão os maiores prejudicados — disse.

Segundo Maldaner, países subdesenvolvidos e em desenvolvimento vêm sofrendo fortes pressões, inclusive ameaças de sanções comerciais, para que não estimulem o uso dos genéricos. Ele citou como exemplo o fato de o atual

candidato democrata ao governo dos Estados Unidos, Al Gore, ter ameaçado a África do Sul com "violentas sanções" caso continuasse vendendo genéricos para o tratamento de grande parte de sua população positiva.

Outros países, como a Tailândia, a Argentina, a Nova Zelândia e a Guatemala, acrescentou, também receberam pressões por suas atuações independentes no ramo da farmacologia. Nos países mais desenvolvidos, como a França, a Austrália, a Itália e a Espanha, o mercado de genéricos não se desenvolveu porque o preço dos medicamentos é acessível a toda a população, observou. Nos Estados Unidos, desde 1994, vigoram normas semelhantes às contidas na lei brasileira dos genéricos, que proporcionaram preços 40% menores a esses medicamentos, comparados com os de



Maldaner lamenta as pressões contra os países em desenvolvimento

marca, informou.

Os brasileiros gastam, segundo o senador, o equivalente a US\$ 8 bilhões por ano em medicamentos, e o país é o quarto maior mercado de consumo nessa área, oligopolizado pela indústria multinacional, que detém 84% do faturamento da produção nacional.

TENDÊNCIA

Em aparte, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) questionou por que os laboratórios que produzem medicamentos também não reduzem seus preços, já que a tendência da população é aderir, cada vez mais, aos produtos genéricos. O senador Tião Viana (PT-AC) criticou a propaganda das multinacionais contra os genéricos, afirmando que a questão passa a ser um "caso de polícia" e não mais do Ministério da Saúde.

Bernardo Cabral homenageia o maestro Sílvio Barbato

A carreira de sucesso do maestro carioca Sílvio Barbato foi lembrada na sexta-feira pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Aos 40 anos, Barbato ocupa hoje o posto de regente da Orquestra Sinfônica do Rio de Janeiro e diretor artístico da Orquestra Sinfônica Cláudio Santoro do Teatro Nacional de Brasília, depois de ter recebido prêmios internacionais e dirigido óperas com a participação de nomes como o tenor espanhol Plácido Domingo.

— Tenho esperança de que pessoas como o maestro Sílvio Barbato passem a ter maior reconhecimento popular e erudito, pois certamente seu brilhante trabalho fará elevar a nossa auto-estima de brasilidade — afirmou Cabral.

De acordo com o senador, Barbato ascendeu no mundo da música erudita seguindo a trilha do falecido

maestro Cláudio Santoro, autor de 14 sinfonias e um dos compositores brasileiros de maior reconhecimento no exterior.

Cabral disse que Barbato, formado em composição e regência pela Universidade de Brasília, em 1982, notabilizou-se como o principal discípulo de Santoro. Em seguida, recebeu em Milão o diploma de Alta Composição. Em 1985, com apenas 26 anos, estreou no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, com a ópera *Tosca*. No ano seguinte, se tornaria estável naquele teatro.

Barbato também tem sido muito bem-sucedido no exterior, salientou o senador. Atualmente, é o principal regente convidado do Balé Flórida, trabalho que lhe tem rendido elogios da imprensa, que o considera "preciso, vigoroso e um profundo conhecedor de sonoridades". "Tanto assim que já regueu nomes do porte de Aprille Millo e Montserrat Caballé", frisou Bernardo Cabral.



Cabral diz que Barbato seguiu as trilhas de Santoro

Senador destaca os 25 anos da TV Acre

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) homenageou a TV Acre, emissora da Rede Amazônica de Rádio e Televisão, que completa 25 anos. Segundo o senador, o grupo desempenha um importante papel na integração da região, que, devido a suas características geográficas e populacionais, depende em grande medida dos meios de comunicação para manter-se em contato com o resto do país.

Cabral destacou a lisura de procedimentos do presidente da Rede Amazônica de TV, Phelippe Daou: "A Rede Amazônica de TV nunca se transformou num balcão de negócios", elogiou o senador, que recebeu ainda o

apoio do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ao seu discurso.

Assim como Cabral, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) ressaltou, em aparte, a figura do presidente da rede. Para Mozarildo, sem o grupo de emissoras dirigido por Daou a região amazônica não estaria tão integrada. O senador por Roraima chamou ainda a atenção para o lançamento do primeiro número da revista *Amazônia 21*, segundo ele um projeto importante, principalmente em razão de ameaças que pairam sobre a Amazônia, tais como a cobiça internacional, a biopirataria e o narcotráfico.

Nabor ressalta esforço pela integração

Os 25 anos de existência da TV Acre, pioneira no estado, foram lembrados também pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC), que prestou da tribuna uma homenagem à emissora. O senador disse ter acompanhado e participado do processo de integração do Acre à cultura e ao cotidiano brasileiro graças às telecomunicações, e recordou que, quando assumiu o governo do Acre, em 1983, apenas a capital Rio Branco recebia o sinal de televisão ao vivo.

— Uma das maiores emoções da minha vida foi quando o sinal da TV Acre chegou a Tarauacá, minha cidade natal — relatou.

Nabor Júnior lembrou os gigantescos investimentos financeiros, os esforços técnicos e os trabalhos de engenharia, além da coragem, determinação e espírito construtivo necessários para realizar uma "conquista aparentemente pequena". Ele informou que a TV Acre, afiliada da Rede Amazônica de Rádio e Televisão e repetidora da TV Globo, é presidida por

Phelippe Daou, a quem disse dedicar "consideração e reverência".

O discurso teve aparte do senador Tião Viana (PT-AC), que aliou-se à homenagem e lamentou, apenas, que a TV Acre não apresente mais programação local.



Nabor elogiou o papel de Phelippe Daou nas comunicações

Patrocínio aplaude decisão do Cade na fusão de cervejarias

A decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de estabelecer condições ao funcionamento da AmBev como forma de impedir demissões enquanto não for confirmada a fusão entre a Antarctica e a Brahma foi elogiada na sexta-feira pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), por se tratar de medida cautelar em defesa do trabalhador, que beneficia os consumidores. O senador lembrou que, caso a AmBev descumpra a determinação, terá de pagar multa diária de R\$ 92 mil.

— Com essa decisão, o Cade suspendeu atos que tornariam irreversível a

fusão. Os conselheiros do órgão estão preocupados com o efeito desse verdadeiro monopólio que poderia ser criado — comentou Carlos Patrocínio.

O senador considerou que a criação de uma grande empresa brasileira no setor de bebidas "não é algo ruim", mas advertiu que a fusão entre a Antarctica e a Brahma não deve prejudicar o consumidor nem causar desemprego em massa.

Como exemplo, lembrou que desde julho, quando foi anunciada a fusão, teriam ocorrido mais de mil demis-



Patrocínio: contra prejuízo para clientes e trabalhadores

sões, com possibilidades de chegar a 15 mil, de acordo com a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de São Paulo.

— Embora a direção da AmBev afirme que as empresas de distribuição continuarão independentes, é pouco provável que isso ocorra, pois vai contra a lógica de aumento da produtividade — disse.

Lúdio Coelho critica ação de sem-terra em Mato Grosso

Ao se referir às ações dos trabalhadores rurais sem-terra, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) pediu ao governador de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, que "cumpra a Constituição e restabeleça a ordem no estado". Ele criticou a inação do governo diante das práticas do MST, que, segundo ele, estão tumultuando a vida no meio rural.

De acordo com Lúdio, os sem-terra estão invadindo fazendas, interrompen-

do o fluxo das rodovias, incendiando pontes e descumprindo as ordens judiciais que garantem a posse aos proprietários. Para o senador, os manifestantes estão inclusive atirando em pessoas e matando os animais das fazendas.

Salientando que Mato Grosso do Sul é um dos maiores produtores agropecuários do Brasil, o senador chamou a atenção para o risco de essas ações inviabilizarem o desenvolvimento do

estado, dada a tensão e preocupação dos produtores com os tumultos. Reforçando a solicitação para a interferência do governador, Lúdio observou que muitas coisas boas já foram feitas pela administração de Zeca do PT, citando como exemplo a elevação da arrecadação pública em 30%.



Lúdio teme que invasões inviabilizem Mato Grosso do Sul